

## Política Agrícola

### CD PL 4032/2020

*Herculano Passos - MDB (SP)*

Altera a Lei nº 8.023, de 1990, para dispor sobre as atividades de turismo rural, para fins do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural.

### CD PDL 355/2020

*Alceu Moreira - MDB (RS)*

Susta a Solução de Consulta Interna nº 2 - Cosit de 29 de abril de 2019 que dispõe sobre Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

---

## ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

### CD PL 4061/2020

*Felipe Carreras - PSB (PE)*

Estabelece a obrigatoriedade de fixar mensagem de advertência sobre o consumo de alimentos processados em embalagens de alimentos, para a promoção da saúde.

---

## TRIBUTÁRIA

### CD PL 4105/2020

*Felipe Carreras - PSB (PE)*

Dispõe sobre a interpretação da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, em especial sobre a interpretação do conceito de produção adotado no caput do art. 8º para o aproveitamento do crédito presumido de PIS/Pasep e COFINS.

---

## **DIREITO DE PROPRIEDADE**

### **CD PL 4059/2020**

*Josimar Maranhãozinho - PL/MA*

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, objetivando estabelecer a isenção de emolumentos cartoriais para os atos relativos ao registro de títulos translativos de domínio de imóveis rurais obtidos por beneficiários dos programas de reforma agrária.

---

## **MEIO AMBIENTE**

### **CD PDL 356/2020**

*José Guimarães - PT (CE)*

Susta os efeitos da Portaria nº 341, de 30 de julho de 2020, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, que aprova o Regimento Interno da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa - CONAVEG, instituída pelo Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019.

### **CD PDL 360/2020**

*Nereu Crispim - PSL (RS)*

“Susta a Portaria 341, de 30 de julho de 2020 - do Ministério do Meio Ambiente - que “Aprova o Regimento Interno da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa - CONAVEG, instituída pelo Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019 e parcialmente os efeitos do Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019, que “institui a Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.”